

APRESENTAÇÃO: DA EDUCAÇÃO QUE PENSA, AGE E ENFRENTA

David Goes Ferreira
Fabiane Maia Garcia

O terceiro número *on-line* da *Revista Amazônida* apresenta pesquisas que tratam temas variados sobre a Educação Básica, que vão da organização do trabalho docente a experiências educativas no espaço escolar, em diferentes espaços e geografias. As análises são parte de um contexto de “reformas” e mudanças que se apresentam como parte da política oficial e legal para o campo da Educação. Esses processos chegam à sociedade como necessários para uma “modernização” das áreas de relevância social, e, dentre elas, a Educação. Um dos exemplos mais simbólicos é a propalada Reforma do Ensino Médio, que, aos olhos críticos e proeminentes em Educação, configura-se como um regresso aos moldes de um Ensino Médio dual, atrelado à modernização tecnológica, à demanda mercadológica e à lógica produtivista. Assim, neste volume, os resultados das pesquisas perpassam pela organização do trabalho docente como instrumento de efetivação do direito à educação e a formação docente para atendimento à educação inclusiva. Essas discussões se atrelam ao campo do financiamento, da transferência de recursos públicos para o setor privado e ao da gestão de resultados, em que nem os jovens nem as crianças são poupados.

A configuração disposta resulta da seleção de oito artigos com temáticas diversificadas e que procuram apresentar o pensamento e as preocupações acadêmicas em vigor. Assim, este número conta com colaborações de pesquisadores de distintas instituições como, por exemplo, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a Universidade Federal do Ceará (UFC), a Universidade Federal de Rondônia (UNIR), a Universidade Federal do Amazonas (UFAM), a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), a Secretaria de Educação do Amazonas (SEDUC/AM) e a Universidade Nilton Lins (UNINILTONLINS).

Os envolvidos asseguram a esta edição uma interlocução com distintos pesquisadores. Dois trabalhos exploram a questão da atuação profissional no campo educativo. O texto intitulado *O (Des)envolvimento Educacional – Contrapontos sobre a Profissionalização da Educação* abre este número da *Revista Amazônida* e apresenta uma discussão epistemológica sobre a profissionalização da educação, contrapondo a necessidade de posicionar a ação formadora como instrumento maior que a adestrção técnica petrificada na capacitação de operários para o mercado. O segundo texto, intitulado *Organização do Trabalho Docente na Educação Integral* investiga se a forma de organização do trabalho docente na Educação em Tempo Integral atende ao direito à Educação, permitindo entender que, para a efetivação de uma educação como direito, faz-se necessário que o trabalho docente seja organizado de modo a atender os diferentes aspectos do processo educativo.

Na temática da Educação Integral, duas pesquisas procuram mostrar diferentes maneiras e processos desse formato de educação, que, na prática, revela-se um projeto de educação amparado pela legislação, que varia de um local para outro. O terceiro texto, intitulado *Programa Mais Educação (Brasil) em diálogo com o Programa Escola a Tempo Inteiro (Portugal): Distanciamentos e aproximações*, faz uma análise do enquadramento legal, da justificativa dos governos para a implantação, a operacionalização e público-

alvo/abrangência, os tempos e espaços educativos, o currículo, profissionais envolvidos e fontes de recursos, das políticas de Educação Integral do Brasil (Projeto Mais Educação) e de Portugal (Projeto Escola a Tempo Inteiro), tecendo um diálogo com ambos, apontando algumas similaridades e divergências. O quarto artigo, *Os Centros Educacionais de Tempo Integral de Manaus: Alternativa pública de Educação Integral?*, procura delinear um perfil da Educação Integral em Manaus/AM, a partir da implantação dos Centros Educacionais de Tempo Integral, apresentando o perfil do corpo administrativo, docente e gestor, além da estrutura e funcionamento desse modelo de escola.

Dois outros textos apresentam a educação como parte de um mercado, em que é destaque a questão dos recursos, financiamentos e processos avaliativos que retomam a ideia da qualidade tão vigente em décadas anteriores. Desse modo, o quinto texto, sob o nome de *Ensino Médio no Estado do Pará: Análise de gastos para o setor privado com Manutenção e Desenvolvimento da Educação*, apresenta uma análise do volume de despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) na etapa do Ensino Médio regular (MDE-EM), empreendido pelo governo do estado do Pará no período de 2005 a 2015, focalizando os recursos contingenciados para o setor privado. Nele, considera-se que a transferência de recursos públicos da Educação para o setor privado caracteriza-se como processo de formas de privatização da Educação Básica. Em seguida, *Uma Reflexão do Processo de Apropriação dos Resultados em Quatro Escolas da Rede Estadual de Ensino do Amazonas* discute o processo de apropriação dos resultados das avaliações em larga escala pela gestão e pela comunidade escolar, elencando estratégias que podem ser adotadas para promover a reflexão sobre o uso dos resultados e dos desafios de melhoria da qualidade do ensino que não se paute apenas pelas questões de mercado.

O último bloco apresenta discussões aparentemente comuns, mas em um momento em que crianças, jovens e adolescentes sofrem constantes ataques aos seus direitos. A Revista Amazônida revigora a discussão da infância e da inclusão como questões básicas do campo da Educação. Logo, o sétimo artigo, *Ressignificando os conceitos de criança e infância, aborda uma temática conceitual, revivendo, a partir de um percurso histórico, conceitos de “infância” e “criança”*. Por fim, o oitavo artigo, *Inclusão e Formação de Professores no Contexto Educacional Público Brasileiro*, ocupa-se da matéria Educação Inclusiva, remontando à formação de professores, descrevendo os principais momentos em que a inclusão se tornou pauta nacional e mundial, contextualizando a história das transformações sociais e políticas em prol da pessoa com deficiência, seus paradigmas e a formação do professor frente a esse desafio.

Os quatro blocos de textos propostos representam a diversidade de olhares e posicionamentos teóricos para temas que permeiam a política educacional brasileira. É possível que, diante de tantos equívocos e posicionamentos autoritários com pouca ou nenhuma consulta aos educadores, suas vozes possam ser ouvidas e discutidas a partir daquilo que pensam e fazem em suas práticas cotidianas, as quais agora se registram em nossas páginas. O atual cenário de retrocessos nos indica que precisamos continuar a perseguir os objetivos educacionais que tanto nos são caros – e que este possa continuar sendo mais um espaço de comunicação do pensamento científico dos pesquisadores em educação.